

DE RACISTAS COMPULSÓRIOS A ANTIRRACISTAS: CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS PARA MUDANÇAS URGENTES

*FROM COMPULSORY RACISTS TO ANTI-RACISTS: POSSIBLE CONTRIBUTIONS TO
URGENT CHANGES*

Simone Batista Silva¹

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil
simone@ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0002-5781-6006>

Recebido em 19 jul. 2021

Aceito em 09 set. 2021

Resumo: Este artigo ensaio tem os objetivos de 1) discutir as três vertentes do racismo brasileiro – individual, institucional e estrutural – diferenciando-as e desvelando sua inscrição na realidade brasileira, e 2) defender a imprescindibilidade de estarmos despertos para identificar a engrenagem racista que mantém o funcionamento da sociedade brasileira, e de nos reconhecermos no interior desta, para assumir efetivos posicionamentos antirracistas. Em sua constituição teórica, o trabalho se apoia, principalmente, nos trabalhos de Silvio de Almeida (2020), Lynn Mario Trindade Menezes de Souza (2020a;2020b), Djamila Ribeiro (2017;2019), e Boaventura de Sousa Santos (2019), para discorrer sobre os conceitos de raça e racismo, concebendo-os como construções políticas e sociológicas, e os associa à manutenção das práticas de racismo epistêmico (Grosfoguel, 2016) no Brasil – ação político-ideológica do tempo colonial e que perdura até os dias atuais. Também aponta que o racismo estrutural da sociedade contemporânea imputa a condição de racistas compulsórios a todos os brancos brasileiros que não se engajem na pauta antirracista, uma vez que, se omissos, contribuem para a continuação do discurso racista. O trabalho, por fim, exemplifica atitudes antirracistas, que, mesmo sendo iniciativas individuais e pontuais, constituem-se oportunidades de contribuição para a construção coletiva de novo paradigma discursivo, e podem inspirar possibilidades de educação linguística crítica antirracista nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: educação linguística, antirracismo, Brasil

Abstract: This essay aims at 1) discussing the three strands of Brazilian racism – individual, institutional and structural – distinguishing them and revealing their inscription in Brazilian reality, and 2) defending the need of being awake to identify the racist gear that maintains the operation of Brazilian society, and to recognize ourselves within it, so that we take effective anti-racist positions. In its theoretical construction, the work is mainly based on the works of Silvio Almeida (2020), Lynn Mario Trindade Menezes de Souza (2020a; 2020b), Djamila Ribeiro (2017;2019), and Boaventura de Sousa Santos (2019), to discuss the concepts of race and racism, conceiving them as political and sociological constructions, and it associates them with the maintenance of epistemic racism (Grosfoguel, 2016) in Brazil – a political-ideological action from colonial times which lasts to present days. It also points out that the structural racism of contemporary society imputes the condition of compulsory racists to all white Brazilians who do not engage in the anti-racist agenda, since, if omitted, they contribute to the continuity of racist discourses. Finally, the work exemplifies anti-racist attitudes, which, despite being individual and punctual initiatives, constitute opportunities to contribute for a collective framing of a new discursive paradigm, and can inspire possibilities of anti-racist critical linguistic education in Brazilian schools.

Key words: linguistic education, anti-racism, Brazil

INTRODUÇÃO

Na Linguística Aplicada, os discursos de racismo vêm sendo investigados em suas mais diversas manifestações já há algum tempo. Na minha experiência, vinha acompanhando de forma um tanto tangencial esses estudos, uma vez que não me sentia fenotipicamente autorizada para tratar dessas questões por não ter a pele negra. Entretanto, compulsoriamente, vivo o racismo diariamente – não no papel da vítima, mas no papel de implicada e responsável. Desde que compreendi o racismo como estrutural na sociedade brasileira, e entendi que, se permanecer calada sou racista, e, ainda, que sem ser individualmente racista, mesmo assim sou racista coletiva e compulsoriamente – e coopero para perpetuar práticas racistas – tornei-me inquieta quanto ao tema, e me senti perturbada, não somente pessoal, mas também intelectualmente. Porém, ainda assim, não me autorizava para discorrer academicamente sobre esse tema. Um dia, todavia, em meus estudos teóricos individuais, li, em relação ao racismo no Brasil, que “essa responsabilidade é também das pessoas brancas – e deve ser contínua” (RIBEIRO, 2019, p. 40), e também que o lugar de fala “absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo” (RIBEIRO, 2019, p. 66). Pronto. Me senti mais à vontade, inclusive para acolher críticas que, porventura, venham daqueles que não me autorizam.

Dito isto, quero evidenciar que não tenho a pretensão, neste trabalho, de discutir racismo sob o prisma das pessoas negras, posto que seria falso, prepotente, leviano, e, em última instância, contraditório, uma vez que busco, justamente, evidenciar que não estamos todos em condição de igualdade na sociedade brasileira. Enuncio, sobretudo, de um ângulo em que me posiciono em duas vertentes: 1) subjetivamente, como uma brasileira de pele clara não caucasiana, que sempre se viu como não-racista, e que, eventualmente, se descobriu, horrorizada, integrante conivente de uma estrutura racista; 2) intelectualmente, como pesquisadora da Linguística Aplicada e formadora de professores de línguas, em busca de trazer um pequeno aporte para promover práticas antirracistas em cursos de formação de professores de línguas, pois compreendo a urgência de se construir uma outra representação de mundo.

A contribuição deste trabalho é oferecer argumentos para defender que o discurso e as atitudes antirracistas não podem estar restritos aos corpos narrativos

pretos, nem podem se limitar ao grupo historicamente oprimido, mas que é imprescindível e mandatário que todos neste país se engajem na luta antirracista. Pretendo também que possa dialogar com outras pesquisas linguísticas, antropológicas e históricas que venham discutir a branquitude, especialmente essa branquitude latina, sua construção e peculiaridades, assim como seus privilégios e modos de existir na sociedade brasileira.

Raça e racismo

A raça, segundo Menezes de Souza (informação verbal)¹, é um conceito político, e segundo Almeida (2020), é uma construção puramente socioantropológica, pautada em duas características basilares: fenotípica (cor de pele, traços físicos); e étnico-racial (origem geográfica, costumes, religião, língua, etc – ou seja um modo de existir no mundo). Nascimento (2019), que também discute a construção social e política do conceito de raça, acentua que “os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam como ‘negros’ ou reivindicavam para si a identidade ‘negra’ como ‘naturalmente’ deles” (NASCIMENTO, 2019, p. 11). Assim, continua o autor, “negro é uma criação do branco, eurocêntrico, enquanto este também foi criado como signo acima da linha do humano” (p. 81). Enxergo, então, que *raça* é um conceito que foi desenvolvido para marcar aquele a quem o branco – que se autodenominava não-marcado – desejava subordinar, e também para legitimar o “privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

Com a separação dos indivíduos em raças, foi possível desenvolver o conceito de racismo, um processo histórico e político implantado, construído e desenvolvido no século XVI, pelos colonizadores europeus, que se apressaram em estabelecer a narrativa de inferiorizar todos os que não se configurassem ocidentais, homens, brancos e cristãos (cf. GROSFOGUEL, 2016).

¹ Informação coletada na Conferência de abertura dos trabalhos do GT Transculturalidade, Linguagem e Educação no ENANPOLL, realizada na Plataforma Zoom, em 9 de dezembro de 2020. Reunião não disponibilizada.

No caso do Brasil, os colonizadores consideravam-se, por direito natural e merecimento existencial, ocupantes natos do topo da hierarquia social, e, ao se organizarem socialmente na colônia, atribuíam aos negros condições de existência ainda inferiores aos indígenas. Quem nos mostra esse fato é Sérgio Buarque de Hollanda, ao explicar que, no século XVIII, aceitava-se o casamento misto entre indígenas e portugueses, mas não se admitia que portugueses nem indígenas se casassem com negros. O pesquisador relata que, por meio da Portaria de 06 de agosto de 1771, “o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque ‘se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto” (HOLLANDA, 1995, p. 56). Assim, o racismo e a consequente legitimação do sistema escravocrata acharam lugar e se estabeleceram no Brasil configurados como uma necessidade ao progresso e desenvolvimento do Império. Gomes (2014) discorrendo sobre a situação do Rio de Janeiro no século XIX, explica que

o tráfico de escravos era um negócio gigantesco, que movimentava centenas de navios e milhares de pessoas dos dois lados do Atlântico. Incluía agentes na costa da África, exportadores, armadores, transportadores, seguradores, importadores, atacadistas que revendiam no Rio para centenas de pequenos traficantes regionais (...) os lucros do negócio eram astronômicos (...) só em impostos, o Estado recolhia cerca de 80 mil libras esterlinas por ano com o tráfico negreiro. Seria o equivalente a 18 milhões de reais (GOMES, 2014, p. 237).

Talvez seja bastante relevante tomar esses dados criticamente e observar que o negócio de escravos pode ter sido considerado lucrativo por alguns, ter gerado impostos, e, insensivelmente, ter sido tomado como representativo de progresso e desenvolvimento para o Estado; porém, de modo algum, representava avanço, do ponto de vista humano e social do Império de então. Talvez até fizesse crescer o espírito nacionalista de desenvolvimento em alguns, mas, de forma alguma, pode ser considerado uma opção viável do ponto de progresso humano.

Esse paradigma escravocrata colonialista foi solidificado, posteriormente, na trajetória da república, e continua no Brasil contemporâneo. Ao olhar nossa gênese como povo e pensar no quanto a situação de então foi trabalhada e retrabalhada pelas instituições, entendo melhor a afirmação de Hooks (2017) de que “nossas maneiras de conhecer são forjadas pela história e pelas relações de poder” (HOOKS, 2017, p.

46). Por isso, constato que, no Brasil, nossa maneira de conhecer se estruturou da forma como analisa Moser (2016, p. 37): “uma sociedade fundada como uma imensa fazenda dependente do trabalho escravo não tende a transmitir valores construtivos às suas vítimas (...)”. Parece mesmo que as marcas das práticas coloniais permaneceram em nossa construção identitária nacional; a relação torpe e viciada da casa grande com a senzala tem permanecido ao longo de todos esses séculos e ainda atravessa as relações entre as classes no Brasil: a arquitetura das casas e apartamentos da classe média brasileira, com suas “dependências de empregada”, por exemplo, exhibe essa relação casa grande-senzala adaptada para os dias atuais.

O racismo e suas faces

Os estudiosos do racismo classificam-no em três frentes de ação diferentes e complementares: racismo individual, racismo institucional e racismo estrutural. O racismo individual está ligado ao comportamento isolado dos sujeitos brancos da sociedade, a iniciativas espontâneas de atos imbuídos de preconceito, nos quais indivíduos brancos subestimam, desvalorizam ou depreciam pretos e pardos. Preconceito, aliás, é um termo chave para se pensar as práticas do racismo individual.

Entendo preconceito como um juízo de valor que se estabelece sobre um fato, fenômeno, pessoa, situação ou tema sem se dedicar a alguma reflexão sobre este. Desse modo, pode originar narrativas discriminatórias, ou seja, que representam o outro como menor, menos capaz e que deve ser separado ou segregado. Quando as práticas e narrativas discriminatórias têm a raça como base, aí se dá o racismo individual, que se ancora no preconceito e na discriminação. O racismo individual, tem sido considerado imoral nos tempos atuais, e, no Brasil, é criminalizado desde o final do século passado, conforme estabelece a Lei 7716/1989.

A concepção individualista de racismo o classifica como iniciativa subjetiva de natureza psicológica, e sua erradicação fica ligada a ações de âmbito educacional e cultural, de conscientização das pessoas individualmente para entenderem que o racismo é cruel. Desse modo, essa visão focaliza o olhar no indivíduo racista e em seu comportamento, e lhe joga total responsabilidade por seus atos, eximindo as instituições das suas responsabilidades na produção do racismo. O racismo individual,

portanto, reflete submissamente o discurso neoliberal da mínima participação do Estado na liberdade do indivíduo (cf. BATISTA, 2016), e, assim, despreza o fato de que o racismo em sua trajetória sócio-histórica foi legal, incentivado e politicamente planejado. Ou seja, uma análise um pouco menos perfunctória e mais transdisciplinar pode indicar que a ação racista individual somente existe porque está intimamente ligada a algo maior e mais abrangente: as estruturas que nos condicionam.

Embora o racismo, como prática individual, seja realmente imoral, cruel, desumano e ontologicamente limitante, e, ainda, que se sustente sobre o preconceito e a discriminação, a educação pontual dos indivíduos racistas e sua conscientização não são medidas suficientes para erradicação desse mal, haja vista que este não se apresenta somente como ações espontâneas de pessoas físicas, mas está presente nas pessoas jurídicas e em suas regras e dinâmicas de funcionamento; é o chamado racismo institucional. Quando as instituições abarcam em si uma mecânica racista, acabam por moldar os comportamentos dos sujeitos dessas instituições, uma vez que lhes atravessam identitariamente.

Marielle Franco, em sua dissertação de Mestrado, com uma investigação minuciosa da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, entendeu que “[a] forma como a polícia militarizada do Brasil trata jovens negros, pobres, como inimigos em potencial do Estado de Direito precisa produzir uma impressão, na população, de que está em jogo a defesa de todos” (FRANCO, 2014, p. 41). Agindo dessa forma, a corporação manifesta o racismo institucional, que, por sua vez, provoca no imaginário dos pobres brancos a justificação de incursões violentas e desumanizadas que vitimam principalmente negros e pardos. É nesse sentido que tanto Davies (2016) quanto Almeida (2020) advogam que o racismo acaba por se tornar uma atitude cômoda por parte dos trabalhadores brancos e é usado pelas instâncias capitalistas de poder como ferramenta para manter dominada a classe trabalhadora – branca – já tão explorada.

Ainda vale mencionar as questões de representação. Se as instituições mostram que cargos de chefia são exercidos majoritariamente por um determinado grupo racial enquanto funções menos valorizadas são exercidas por outro grupo racial, naturaliza-se a construção discursiva da ocupação de determinados espaços sociais por estratos

definidos. Por isso, pesquisadores do racismo afirmam que as instituições são racialmente desiguais, e que isso acontece porque o racismo se constituiu como um elemento orgânico do sistema social (ALMEIDA, 2020; HOOKS, 2017; RIBEIRO, 2019). Constatado esse vício de representatividade, é premente tratar de maneira ativa, e não passiva, a desigualdade racial nas instituições.

O que precisa ser ressaltado é que, muitas vezes, a parca representatividade de negros nas instituições não é notada pelos brancos – e nem mesmo pelos negros (cf. ALMEIDA, 2020). Todavia, a predominância de um grupo sobre outro nas instituições, apagando o debate, é, por si mesmo, sintoma do racismo institucional. Dessa forma, embora o racismo individual possa estar ausente de atitudes espontâneas de brancos brasileiros, o racismo institucional nos faz a todos racistas, queiramos ou não, como bem explicam Charles Hamilton e Kwame Ture (apud ALMEIDA, 2020, p. 44):

Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando nessa mesma cidade, Birmingham, Alabama – quinhentos bebês negros morrem a cada ano por falta de comida adequada, abrigos e instalações médicas, e outros milhares são destruídos e mutilados física, emocional e intelectualmente por causa das condições de pobreza e discriminação, na comunidade negra, isso é uma função do racismo institucional. Quando uma família negra se muda para uma casa em um bairro branco e é apedrejada, queimada ou expulsa, eles são vítimas de um ato manifesto de racismo individual que muitas pessoas condenarão – pelo menos em palavras. Mas é o racismo institucional que mantém os negros presos em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios (HAMILTON; TURE, 1967, p.2 apud ALMEIDA, 2020, p. 44).

A análise anterior evidencia que se uma pessoa não assume claramente um posicionamento contrário à produção política de “pobreza estrutural global”, na qual se empenham empresas e instituições globais (SANTOS, 2018, p. 72) nem luta contra os sistemas de impostos que não preveem justiça aos pobres, que, por motivos históricos – e não de incapacidade – são também de maioria negra, essa pessoa é, sim, racista, pois se cala perante a continuidade desse padrão. O Estado se materializa nas suas instituições, as quais, por sua vez, nos interpelam em sujeitos, nos limitam e condicionam, a priori. Assim, é preciso estar despertos e atentos a essa dominação.

O racismo estrutural, por sua vez, dá suporte, garante e mantém o funcionamento da ordem social. É sobre este que gostaria de me deter mais demoradamente, por dois motivos principais: 1) essa configuração do racismo atravessa nossas identidades e nos faz a todos racistas – queiramos ou não; 2) talvez só seja possível extirpar o racismo se atacarmos veemente e assertivamente essa modalidade de racismo.

Almeida (2020), ao analisar o racismo estrutural da sociedade brasileira, nos alerta para os meandros da nossa produção cultural e o efeito desta na formação das subjetividades:

Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2020, p. 65).

O que Almeida constata também é problematizado por Silva (2017) em sua tese de Doutorado, na qual a estudiosa se debruça meticolosamente sobre as personagens negras de filmes produzidos em Hollywood, e conclui que a indústria cinematográfica norte-americana do período analisado, opta por representar o negro em uma “escolha de uma estética que lhe é desfavorável” (SILVA, 2017, p. 11). Alicerçada nos estudos de Rancière (2005; 2010), a pesquisadora nos adverte que “política e estética se complementam na distribuição imparcial dos sentidos” (SILVA, 2017, p. 11) e que, nesse caso específico do cinema americano, representa a violência do silenciamento do outro, o negro.

Na minha trajetória como sujeito nunca me havia me considerado racista. Quando me tornei mãe, o assunto racismo não era sequer cogitado em casa. Meu filho não sabia da existência de um processo sócio-histórico da sociedade chamado racismo. Quando meu filho, muito criança ainda, começou a aprender os nomes das cores, passava boa parte do dia nomeando as cores de tudo o que via ao redor. Classificava as cores da seguinte maneira: azul, verde, amarelo, vermelho, preto, branco, rosa, roxo e cor de gente. Para ele não havia brancos ou pretos entre os

humanos. Objetos tinham cores que podiam ser encontradas na paleta, mas humanos tinham “cor de gente”, uma classificação diferente de objetos ao redor.

O que me faz justificar a inclusão dessa breve narrativa – que embora pareça prosaica e pessoal demais para compor um artigo científico – é que a uso como dado produzido: a criança, que não atribuía diferença social em função dos tons de pele de brancos e negros, e que, por muitas vezes, tentou se pintar com caneta hidrocor preta para que tivesse aquele tom de “cor de gente”, se inscrevia, mesmo assim, em um quadro de racista compulsório, pois participava de uma estrutura racista e por esta era beneficiada.

Por esse motivo, quero problematizar as palavras de Almeida (2020), ao afirmar o seguinte: “achar que no Brasil não há conflitos raciais diante da realidade violenta e desigual que nos é apresentada cotidianamente beira o *delírio*, a *perversidade* ou a *mais absoluta má-fé*” (ALMEIDA, 2020, p. 197 grifos meus). Quero me permitir expandir as possibilidades que o autor apresenta e não deixar restritas somente às três mencionadas. O delírio, embora possa ser definido como uma convicção errônea gerada por falsas conclusões da realidade, está no campo da psicopatologia – o que não seria o caso de todos os brancos. A perversidade, por sua vez, tem a ver com a propensão natural para fazer mal – o que também seria irresponsável atribuir às pessoas, generalizadamente. A terceira possibilidade que o autor pressupõe é a má-fé, que apresenta, por definição, intenção de forjar o erro – o que, novamente, considero inadequado atribuir aos racistas estruturais compulsórios, que não percebem nem mesmo que haja privilégios, exatamente pela estrutura racista invisível que interpela diuturnamente os sujeitos envolvidos na dinâmica capitalista.

Por este motivo, eu incluiria, além das três possibilidades – delírio, perversidade ou má-fé – o embaçamento dos olhos brancos, gerado pelo atravessamento ideológico e fabricado pela invisibilização da propriedade estrutural do racismo na sociedade. Esta não somente torna e busca manter os brancos desatentos às injustiças, como também perpetua e generaliza o desconhecimento por parte daqueles que não vivem o racismo como vítimas diretas, mas que exercem o papel de coniventes, apoiadores e mantenedores – mesmo que compulsoriamente.

Se o racismo foi uma construção cognitiva do colonialismo europeu moderno, sua erradicação depende de uma nova construção cognitiva. Somente então, com a descolonização das mentes e da estrutura da sociedade vamos conseguir erradicar esse mal. Por isso, prefiro o princípio proposto por Gandhi em sua luta pacífica na Índia (apud SOUSA SANTOS, 2019), segundo o qual o oprimido também se descoloniza e trabalha para a autodescolonização do opressor estrutural.

Racismo brasileiro

Hooks (2017) relata que almoçou pela primeira vez com um branco aos 16 anos de idade, e sentiu que estavam – ela e seu colega de escola – fazendo história. Naquela realidade de Estados Unidos da América de então, com racismo explícito, identificar as práticas racistas e as subversões talvez fosse mais fácil do que no Brasil dos dias atuais, em que o racismo se esconde atrás de um mito perverso de igualdade racial. Como a própria autora afirma, “a cultura de dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação” (p. 44). Creio ser o caso brasileiro. Esses conceitos de igualdade racial, de acentuação do racismo individual como imoral, ao mesmo tempo em que promove apagamento dos racismos institucional e estrutural promovem a estabilidade mentirosa, e o sofrimento coletivo invisibilizado.

No Brasil, sujeitos de peles brancas e pretas, estamos todos sob o paradigma do racismo e vivendo as experiências que este causa de um e de outro lados da linha abissal (cf. SOUSA SANTOS, 2019)². Uma vez que a estrutura é racista e me faz racista, entendo que mesmo não sendo racista individual, ainda assim, sou racista – porque estou inserida em uma sociedade cujas estruturas e instituições são racistas e utilizam o racismo para se sustentar. Desse modo, se uma pessoa não for antirracista, será racista; não há neutralidade. O perverso e o sorrateiro do racismo institucional e estrutural é que torna não-racistas individuais em efetivos racistas

² Linha abissal é um conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos de uma linha imaginária baseada na relação metrópole europeia-colônias que divide sociabilidades, epistemologias, ontologias, humanidade, espiritualidades etc. De um lado da linha estão os legitimados e valorizados, ligados ao pensamento europeu moderno, e do outro lado estão os desvalorizados e subalternizados, ligados à colônia.

compulsórios. Ele sequestra nossa crença na identificação com uma pauta antirracista e nos devolve uma identidade compulsória racista.

Uma vez que fique claro que o racismo é compulsório a cada um de nós porque este se constitui como sua tecnologia de manutenção (ALMEIDA, 2020) e como a estrutura que alicerça o funcionamento social, é urgente saber identificá-lo, nomeá-lo e erradicá-lo. Como explica Almeida (2020), não adianta lutar contra o racismo sem lutar contra o sistema brasileiro, que privilegia crescimento econômico, mas não privilegia real bem estar dos cidadãos individualmente. Acrescento que seja importante atentar para o quanto de melhora da humanidade há nos paradigmas de desenvolvimento que defendemos. É necessário construir nova sociedade em cujo espaço social todos caibam, e extinguir esse modelo de hegemonia de um seletivo grupo monocromático. Desse modo, me parece evidente que 1) a luta contra o racismo está diretamente ligada à luta pela democracia; 2) não é possível pensar em democracia sem pensar em justiça racial; e 3) só estaremos livres do racismo quando as estruturas se modificarem.

Sendo assim, é preciso descolonizar as estruturas. A modernidade, com seus princípios socioeconômicos, é racista no sentido em que se ancora e necessita do racismo para perpetuar poder de alguns sobre a docilidade de muitos. Não bastam, desse modo, as iniciativas subjetivas e pessoais; é preciso modificar a estrutura social para modificar o paradigma. Entendo como imprescindíveis as seguintes ações: entender o que é uma estrutura racista, e, inspirados no movimento indicado por Menezes de Souza (informação verbal)³, identificá-la em suas diversificadas manifestações do cotidiano, interrogá-la, enxergar-se dentro dela, e interrompê-la.

Racismo e educação linguística

O racismo no Brasil contemporâneo é sustentado e tacitamente referendado pela estrutura. Por isso, é possível haver situações em que não haja preconceito individual, mas o racismo solidificado ali estará. Ultrapassou-se o nível do campo individual, e o

³ Informação coletada na Conferência de abertura dos trabalhos do GT Transculturalidade, Linguagem e Educação no ENANPOLL, realizada na Plataforma Zoom, em 9 de dezembro de 2020. Reunião não disponibilizada.

racismo atua muito eficazmente no campo estrutural, nas divisões do trabalho e até mesmo no modelo fiscal (cf. ALMEIDA, 2020). Nesse sentido, é mandatório fortalecer o antirracismo. Do mesmo modo que o racismo está, embora invisível, onipresente e intrincado em nossas práticas – por ter sido construído ao longo de séculos – é preciso construir, urgentemente, o antirracismo com vistas a estabelecer um novo paradigma de vida social. Não podemos estar distraídos quanto ao que fomos, ao que somos, e ao que estamos fazendo aqui, como admoesta Krenak (2020).

Por esse motivo, é importante pensar a escola como espaço privilegiado para a construção e solidificação do discurso antirracista tão necessário a uma outra realidade. Almeida (2020, p. 87) denuncia que “o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais”. Um exemplo é a escola, que, como estrutura do estado, alimenta o racismo à medida em que se cala e, conseqüentemente, se põe conivente. Quando não problematiza nem discute o funcionamento da sociedade, quando não estuda nem investiga as causas do racismo, nem constitui seu referencial teórico e curricular básico a partir de autores e educadores negros, a escola se assume racista.

Historicamente, os temas *racialização* e *representatividade* não ocupam espaço privilegiado de discussão na escola. Esse é um ponto extremamente falho na educação brasileira, uma vez que, com o apagamento das discussões, a escola reproduziu o racismo, acolheu em suas vísceras o racismo estrutural posto e referendado. Em sua análise sobre o Brasil, Moser (2016, p. 64) constata que “ocupados com a vida diária, os brasileiros não rejeitaram seus antepassados. Eles simplesmente os esqueceram”. Assim, compreendo que, ao esquecermos bandeirantes covardes, mercadores de escravizados, senhores de engenho estupradores e colonizadores cruéis, mantivemos a ordem como se estabeleceria: desigual, racista, exploratória – e ainda a chamamos de neutra. Entretanto, Sousa Santos (2019, p. 75) adverte que “a neutralidade é um dispositivo ideológico numa sociedade dividida em opressores e oprimidos”. Se nada fizermos, a corrente de transmissão de racismo não vai parar. Como já afirmou o grande mestre Paulo Freire, “é transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário” (FREIRE, 1979, p. 21).

Assim, quero propor reflexões que, suponho, possam orientar a construção coletiva de uma escola atenta e ativa na missão de dismantelar o papel do racismo como fio do tecido social e das estruturas brasileiras. A escola que se cala e reproduz o racismo tanto no interior de suas relações institucionais quanto individuais perpetua o racismo para as gerações seguintes; e os estudos linguísticos e a formação de professores, se não se ocuparem da questão da racialização dos corpos enunciadorees, vão se manter em um lugar estreito e não abordarão os problemas adequadamente. Por este motivo, levando em conta que o contexto brasileiro é composto por uma desigualdade estrutural e invisível, quero pensar a escola como um essencial espaço para a construção de novas narrativas, de novas práticas docentes e de novas relações entre os sujeitos: alicerçadas no antirracismo, no acolhimento da pluralidade racial, étnica, religiosa, discursiva, ambiental.

Freire nos adverte quanto à importância de substituir a visão ingênua da realidade pela visão crítica, pois, explica o autor, não há como desenvolver um compromisso com os sujeitos da educação se sustentarmos uma consciência ingênua e pensarmos que a sociedade é realmente algo já dado, estático, imutável e não continuamente coconstruído (FREIRE, 1979). Da mesma forma que filósofos e cientistas foram importantes na construção do nazismo e do apartheid (ALMEIDA, 2020), defendo que, hoje, professores, educadores, artistas e sociedade civil precisamos rever os discursos que nos atravessam, ressignificar, reconstruir e reorganizar; somente assim, evitaremos nos inscrever na história como omissos.

Vale esclarecer que não se trata, entretanto, de desinstalar um paradigma hegemônico para implantar outro. Como bem afirma Hooks,

Certas pessoas acham que todos os que apoiam a diversidade cultural querem substituir uma ditadura do conhecimento por outra, trocar um bloco de pensamento por outro. Talvez seja essa a percepção mais errônea da diversidade cultural. Embora haja entre nós um pessoal excessivamente zeloso que pretende substituir um conjunto de absolutos por outro, mudando simplesmente o conteúdo, essa perspectiva não representa com precisão as visões progressistas de como o compromisso com a diversidade cultural pode transformar construtivamente a academia (HOOKS, 2017, p. 49).

Para promover diversidade cultural e racial com distribuição discursiva mais equânime, cabe desvelar os discursos invisibilizados do racismo, visto que não atendem aos ideais de uma nação democrática que busca justiça social. O antirracismo, por outro lado, contribui para a construção de um novo projeto de Nação

– em que se priorizem equidade, igualdade de acesso às oportunidades, formação de amplo mercado interno e de intelectualidade, acesso aos bens simbólicos e culturais, distribuição de renda mais igualitária, novo imaginário social, identidade cultural plural, e sustentabilidade ambiental, social e econômica. Ribeiro adverte que “não é possível fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade sem enfrentar o modo pelo qual certas identidades são criadas dentro da lógica colonial” (RIBEIRO, 2019, p. 32). Por isso, é urgente revestir nossos olhares para descobrirmos o racismo que se infiltra na nossa identidade, inclusive dos negros, e que impede nosso ideal de nação justa, democrática e evoluída.

Possibilidades antirracistas

Por vezes, tende-se a pensar que, por estar o racismo no nível estrutural da sociedade, é necessário um deslocamento difícil, grande alcance e ampla projeção social para poder efetivamente colaborar para a construção da sociedade antirracista. Porém, quero advogar a favor de pequenas ações nas nossas práticas letradas, no diálogo do dia a dia, no trabalho e no lazer que estão ao alcance de muitos e podem ser atitudes para compor o novo paradigma de funcionamento da sociedade.

Na concepção de língua deste trabalho, esta se configura como materialização de paradigmas e maneiras de existir, significar, organizar e nomear o contexto político e ideológico tanto coletiva quanto individualmente. Portanto, entende-se que toda interação sociocomunicativa traz em si ideologia, conflito de identidades e relações de poder, elementos éticos e estéticos intrincados, e a posição de sujeitos dos coenunciadores envolvidos. Com essa perspectiva, nesta seção, quero evocar algumas práticas letradas que pontuo como antirracistas e que podem, talvez, servir de inspiração para nossas próprias ações semióticas antirracistas.

Uma produção literária pode ser uma ferramenta antirracista. Machado de Assis, considerado um dos maiores nomes da literatura brasileira, e ele mesmo, um negro que sofria a estrutura racista da sociedade carioca do século XIX, imprimiu em sua obra as pequenas e constantes denúncias racistas. Embora Machado tenha sido denunciado em diversas críticas literárias como racista ou, em outras mais amenas, como tendo se esquivado de militar contra o racismo, em minha análise, vejo que o

autor fez o que era possível na estética escolhida: denunciou o racismo e a estrutura racista que vinha se solidificando na sociedade carioca de então. Em sua escolha estético-narrativa, Machado se absteve de reproduzir o discurso asséptico que ignorava a existência dos negros no cotidiano das relações sociais na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, mas exercitou a denúncia ao construir personagens negros objetificados, e, desse modo, mostrar o quanto a estrutura social carioca de então, com sua desigualdade social normalizada, dependia do sistema escravocrata para sua manutenção.

Na obra *Dom Casmurro*, por exemplo, em diversos momentos o autor denuncia o apagamento da subjetividade do negro ao mesmo tempo que explicita a sua onipresença – na condição de objeto – como âncora para os privilégios de uma elite branca. Na narrativa quase distraída do personagem Bentinho sobre sua posição social e suas relações com os escravos que habitam sua casa, o autor denuncia o epistemicídio do negro de então, a indiferença dos brancos em relação à situação dos negros e à estrutura escravocrata que sustentava aquela sociedade. O autor parece mostrar que desde o final do século XIX já se formavam no Brasil as classes chamadas superiores, sem compromisso com cidadania ou com direitos amplos para todos, mas, com as características que Santos denunciou no século XX: “condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos” (SANTOS, 2018, p. 50).

O cotidiano da personagem Bentinho, jovem branco da classe média alta carioca do final do século XIX, é crivado de escravizados apagados de suas identidades. O que leio na crítica social de Machado é que a vida de economia folgada de Bentinho e sua família só é possível de ser mantida devido ao número de negros escravizados que sua mãe, Dona Glória, possui, uma vez que esta, em sua viuvez, mantém o seu sustento, de seu filho, parentes e agregados, com aluguel de alguns imóveis e de escravos, além da fêria diária recebida com seus escravos de ganho. Quero exemplificar com um excerto da obra, que relata diálogo entre Bentinho e seu colega de seminário, Escobar, que viria a ser seu amigo inseparável. Escobar, em conversa distraída de jovens em início de amizade, admira a abundância, os rituais sociais e a harmonia na casa de Bentinho, características do cotidiano da elite econômica branca

no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Bentinho, narrador, conta ao leitor como foi a conversa entre ele e Escobar na horta de sua casa:

— Não, agora não voltamos mais. Olhe, aquele preto que ali vai passando é de lá. Tomás!

— Nhonhô!

Estávamos na horta da minha casa, e o preto andava em serviço; chegou-se a nós e esperou.

— É casado, disse eu para Escobar. Maria onde está?

— Está socando milho, sim, senhor.

— Você ainda se lembra da roça, Tomás?

— Alembra, sim, senhor.

— Bem, vá-se embora.

Mostrei outro, mais outro, e ainda outro, este Pedro, aquele José, aquele outro Damião...

— Todas as letras do alfabeto, interrompeu Escobar.

Com efeito, eram diferentes letras, e só então reparei nisto; apontei ainda outros escravos, alguns com os mesmos nomes, distinguindo-se por um apelido, ou da pessoa, como João Fulo, Maria Gorda, ou de nação como Pedro Benguela, Antônio Moçambique...

— E estão todos aqui em casa? perguntou ele.

— Não, alguns andam ganhando na rua, outros estão alugados. Não era possível ter todos em casa. Nem são todos os da roça; a maior parte ficou lá.

(MACHADO DE ASSIS. 2008, p. 129)

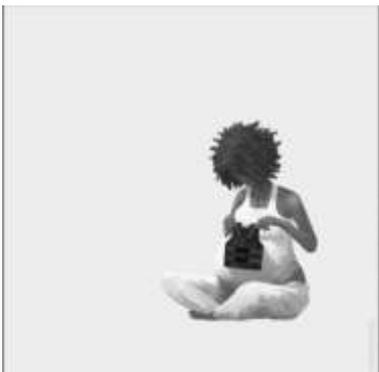
Sorrateiro e ao mesmo tempo preciso, Machado acerta o alvo do racismo estrutural. Bentinho se dá conta, a partir da conversa despretensiosa com seu colega de seminário, de quantos escravos sua família possui – todas as letras do alfabeto – e, mesmo assim, isso não se torna um fato importante nem o leva à reflexão crítica. Bentinho segue a vida em seu *status quo* tomando como natural e legítimo o fato de possuir escravos.

O total apagamento da subjetividade dos negros que habitam a residência de Bentinho fica explícito no trecho em que Bentinho chama um de seus escravos e pergunta-lhe se ainda se lembra da antiga residência onde moravam, no campo. Ao ter a resposta, dispensa-lhe, simplesmente; não houve diálogo, apenas a resposta a uma informação. Machado indicava que o racismo era a estrutura de sustentação e a engrenagem de manutenção dos privilégios da elite branca carioca de paradigma colonialista. Havia ali, em forma de literatura, a denúncia de que era preciso mudar discursos e práticas.

Uma pesquisa científica também pode ser uma ferramenta antirracista ao trazer contribuições para promover o debate quanto à situação do negro na sociedade brasileira. Marielle Franco (2014), já citada neste trabalho, em sua pesquisa de Mestrado, fez emergir o debate ao entender que a polícia carioca, em seu discurso e

ações de guerra ao tráfico e à criminalidade, vítima prioritariamente negros pobres. A pesquisadora evidenciou que a estrutura condicionante desses indivíduos faz com que uma criança de pele preta já seja ensinada a se comportar nos espaços sociais como negro, a ser interpelada como sujeito na condição de negro, parte de uma sociedade que construiu suas práticas ancoradas no que Almeida chama de “segregação não oficial de brancos e negros” (ALMEIDA, 2020, p. 61).

Uma arte de ilustração pode ser uma ferramenta antirracista. O artista Dinho Lacoski (2020), sem rodeios nem eufemismos, nos permite, pela estética sensível de seu texto visual, partilhar as angústias comuns quanto à interpelação do sujeito negro numa cidade violenta como o Rio de Janeiro. O artista toma como referência uma cena comum, emblemática e poética: uma mulher em fase final de gestação, barriga grande – aguardando a breve explosão do amor – que projeta o futuro feliz de sua prole ao contemplar as roupinhas do bebê que, em breve estará em seus braços.



(Fig. 1: ilustração de Dinho Lacoski, 2020, reprodução da internet)

Em uma denúncia dilacerante, o artista se apropria do que poderia representar esperança, vida e amor para retratar desesperança, morte e medo, que interpelam em sujeitos as crianças negras pobres da cidade do Rio de Janeiro: uma mulher negra, de cabeça baixa, com sua barriga de final de gestação, toma em suas mãos o que seu bebê deve vestir quando nascer. E a roupinha para o bebê, que tão ansiosamente espera, é um colete à prova de balas. O abandono político, o risco de morrer em consequência da violência urbana que vitima prioritariamente negros pobres no Rio de Janeiro é uma realidade concreta e estrutural.

A defesa da escola pública no Brasil também é, inevitavelmente, uma atitude antirracista. Almeida (2020) ao explicar as análises de causas cumulativas (MYRDAL, 1944 apud ALMEIDA, 2020) demonstra com bastante clareza e lucidez o efeito em cadeia que pode ter a não valorização da escola pública, a qual tem alunos negros e pardos em sua maioria:

Se pessoas negras são discriminadas no acesso à educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho, além de terem menos contato com informações sobre cuidados com a saúde. Consequentemente, dispondo de menor poder aquisitivo e menos informação sobre cuidados com a saúde, a população negra terá mais dificuldade não apenas para conseguir um trabalho, mas para permanecer nele. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos ajuda a reforçar os estereótipos racistas como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito em que discriminação gera ainda mais discriminação (ALMEIDA, 2020, p. 157).

O racismo integra as relações socioeconômicas assim como as práticas sociocomunicativas. Mesmo que não se concretize nas relações privadas, integra as públicas, como as da escola – porque faz parte da estrutura da sociedade brasileira. A meritocracia, por exemplo, que permeia a base curricular comum nacional (BRASIL, 2018) acaba por se ancorar em uma fundamentação moral e exime o Estado e sua estrutura das responsabilidades tanto em relação a brancos pobres quanto, principalmente, aos negros pobres. O apagamento do racismo e das condições de partida diferentes entre brancos e negros reforçam o discurso de que se negros não alcançam as mesmas posições sociais de brancos é porque são incapazes ou porque não se esforçam.

Hooks (2017), contando sua experiência, diz que foi inspirada por professores que tiveram “coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno” (p. 25). Por isso, considero importante dar atenção àqueles alunos que, pontualmente, parecem não querer ter sua voz ouvida, e investigar o que os impossibilita a erguer a voz, pois, como lembra Ribeiro (2017, p. 66), “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”. Penso que, no caso brasileiro, em que o racismo invisível atravessa inclusive alguns negros, um cuidado que o professor precisa ter é romper as barreiras que o próprio aluno se impõe, e buscar desestabilizar seus próprios discursos e narrativas de incapacidade, de insucessos, de não-pertencimento.

O epistemicídio (GROSFOGUEL, 2016) se capilariza porque não se limita à destruição dos vários saberes, mas inclui a deslegitimação das representações de

mundo de um grupo, da significação e do pertencimento. Logo, constrói-se um discurso de que não é possível transformar o mundo, uma vez que este não é formado por esse sujeito. Assim, mata-se não somente um saber existente, mas também o potencial de agência dos saberes. A racialização, como apontou Nascimento (2019), é um fenômeno só possível de acontecer nas interações comunicativas humanas; por isso, ministrar aulas com mais atenção às partilhas sensíveis pode ser uma atitude antirracista, que busca democratizar o espaço discursivo da sala de aula. Pode-se dar especial atenção à construção e à distribuição dos discursos e vozes dentro da sala de aula, ao se promover constantemente a prática do diálogo do dissenso (MENEZES DE SOUZA, 2020b), em que se parte das semelhanças para a diferença, entendendo que as semelhanças são basilares, e as diferenças, periféricas. Talvez seja necessário quebrar a estabilidade da sala de aula como local das harmonias, para lidar com os conflitos e antagonismos racistas que emergem, desnudando o racismo estrutural.

O currículo escolar que se ocupa do saber universalizado e descorporificado confirma e perpetua a narrativa asséptica da construção deste país. Como o racismo está diretamente ligado ao pensamento colonialista, uma atitude antirracista que pode ser eficaz na escola é investir nos estudos decoloniais que buscam “trazer o corpo de volta” (MENEZES DE SOUZA, 2020b) para construir um currículo antirracista.

O debate lúcido sobre a política nacional de cotas também é uma ferramenta antirracista. Neste ano de 2021, a Lei 12711/2012, que institui a política nacional de cotas para negros no Brasil, será revista e avaliada pelo poder executivo, conforme preconiza o seu artigo 7º:

O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior. (BRASIL, 2012, art. 7º)

Diante das tentativas ininterruptas de revogar direitos arduamente conquistados ao longo da história de lutas das classes populares no Brasil, incluindo os direitos de negros, considero de crucial importância o engajamento ativo da sociedade civil nas múltiplas discussões avaliativas quanto à importância dessa medida afirmativa ao longo desses dez anos para as mudanças que ocorreram no país em relação à

inclusão social, ao maior aproveitamento de cérebros e conseqüente ampliação da intelectualidade brasileira provocando a mudança no posicionamento do país no cenário internacional de pesquisa, ciência, inovação, e também nos índices de educação. É preciso engajamento para que haja um debate lúcido quanto à necessidade ou não de prorrogação dessa ação para continuação da construção de um projeto de nação que não se estruture sobre bases racistas.

Para o ensino de língua inglesa e também na formação de professores dessa língua, minha proposta é que construção, morfologia e uso de vocábulos como *progresso*, *desenvolvimento*, *crescimento*, *riqueza*, por exemplo, sejam problematizados criticamente. Também considero importante inserir no currículo a produção cultural africana anglófona assim como construir referencial teórico de base africana. O currículo da formação de professores de inglês tem matado as epistemes produzidas pelos intelectuais africanos, caracterizando-se, prioritariamente, como um currículo epistemicida, no sentido em que apaga culturas, literaturas, produções cinematográficas, personagens, heróis, e sotaques anglófonos africanos.

Conclusão

Por ser um elemento estruturante na sociedade brasileira, o racismo tem uma trajetória política, atravessa nossa identidade coletiva e nos constitui como nação. As instituições, se caladas, são racistas; assim também o são o Estado e os indivíduos. Por isso se faz tão importante combater o mito de neutralidade racial ou de democracia racial, já que este é perverso no contexto nacional brasileiro, uma vez que trata como iguais aqueles que ocupam posições estruturalmente desiguais. Portanto, embora seja extremamente importante erradicar o racismo individual, pouco se alcança efetivamente, uma vez que este vai continuar existindo institucional e estruturalmente, fazendo com que cada cidadão e cada cidadã que se cale seja responsável pelo racismo diário que mata física e emocionalmente outros cidadãos de pele preta.

Assim, penso que o ataque ao racismo e suas conseqüências cotidianas precisa vir decorrente da elucidação de que as práticas racistas têm sua origem nas estruturas e que estamos todos implicados uns com os outros. Por vezes, é difícil para alguém

de pele clara entender seu racismo compulsório, exatamente porque este se consolidou invisibilizado no modo de organização e estruturação da sociedade.

Os currículos escolares também precisam ser revisitados de modo a conceber a impossibilidade de compreender a trajetória histórico-social do Brasil sem entender a construção e solidificação do racismo nestas terras. Por isso, recomendo o didatismo explícito para elucidar o que seja racismo e como este funciona nas estruturas. Entendo que seja necessária resiliência e persistência nas práticas docentes, na divulgação científica e nas diversas ambientações sociais para mostrar o que não está evidente a cada branco desse país: que é urgente e essencial lutar contra o racismo, para que, por meio de nossas atitudes individuais e conquistas coletivas, em breve tenhamos construído uma sociedade livre do racismo.

REREFÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BATISTA, S. **Neoliberalismo e ensino de inglês: considerações para refletir**. In: SEDA – Revista de Letras da Rural. Vol. 1, n. 3. Set-dez/2016. Pp. 89-103.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB/CNE, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf (acesso em 19-12-2020)

BRASIL. **Lei 12711**. Diário Oficial da União. Seção 1 – 30/08/2012, página 1 (publicação original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html> (acesso em 28-10-2020)

BRASIL. **Lei 7716**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm (acesso em 20-10-2020)

DAVIES, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad.: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

doi:10.11606/T.8.2018.tde-10042018-122248. (acesso em 12-11-2020)

FRANCO, M. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Orientação: Profa Dra. Joana D’Arc Fernandes Ferraz. Niterói, RJ: UFF, 2014.

- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Trad.: Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GOMES, L. **1808 – como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. 3 ed. Ver. Amp. São Paulo: Globo, 2014. p. 237.
- GROSGUÉL, R. Os 4 genocídios. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1, Janeiro/Abril 2016, Brasília, DF. pp. 25-49.
- HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir – a educação como prática da liberdade**. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- KRENAK, A. **Espiral dos Afetos – ideias para adiar o fim do mundo**. Centro de Artes da UFF. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM&t=1138s (acesso em 20-10-2020)
- LACOSKI, D. **Preto e Branco**. Ilustração. Disponível em: <https://www.facebook.com/dinholascoski/photos/539874716956735> (acesso em 24-05-2020)
- MACHADO DE ASSIS, J.M. **Dom Casmurro**. Coleção Um passeio pelo tempo machadiano. Rio de Janeiro: Rovel, 2008
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T. **Decolonialidade: singular ou plural?**. Conferência de abertura dos trabalhos do GT Transculturalidade, Linguagem e Educação no ENANPOLL. Plataforma Zoom em 09-12-2020. Reunião não disponibilizada. 2020a.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T. **Interculturalidade e decolonialidade – trazer o corpo de volta e marcar o não-marcado**. Live da TVUFRB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4PpGnMtsxY&list=PLThxV4jcCelsOv8yhGtdfr8vow12MsC2L&index=7&t=4013s> 2020b (acesso em 29-11-2020)
- MOSER, B. **Autoimperialismo – três ensaios sobre o Brasil**. Trad.: Eduardo Heck de Sá. São Paulo: Planeta, 2016.
- NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico – os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, D. **Pequeno Manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SILVA, A. A. C. O sensível (não partilhado: a violência poética e política da (ir)representação do negro em Hollywood. 2017. Tese (Doutorado em Estudos

Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUSA SANTOS, B. **O fim do império cognitivo – a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Sobre a autora

Simone Batista Silva

Doutora em Letras - Estudos Linguísticos e Literários em Inglês; Mestre em Educação; Especialista em Língua Inglesa; Licenciada em Letras Português/Inglês. Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, atuando na graduação em Letras e no programa de pós-graduação em Educação Agrícola - PPGEA, com a Linha de Pesquisa "Multiletramentos Críticos e Formação de professores de línguas". Líder do GEPELI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Língua Inglesa, e pesquisadora do Projeto Nacional de Letramentos, do Grupo de Pesquisa "Novos Letramentos, Multiletramentos e o ensino de línguas estrangeiras", da USP. Atua nas áreas de Letras e Educação, com ênfase em Ensino da Língua Inglesa, Educação linguística, e Formação Docente. Desenvolve pesquisa principalmente nos seguintes temas: Ensino de Língua Inglesa, Multiletramentos, Transculturalidade, Discursos Identitários e Formação Docente. Publicações em: <https://ufrj.academia.edu/SimoneBatista> e <https://www.researchgate.net/>.